

## **088ª SESSÃO ORDINÁRIA – 17SET2015**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra.

**O Sr. Kevin Krieger (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Gaúcho da Copa, Clóvis Acosta Fernandes.

**O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Alexandre Diamante, Diretor-Presidente da Porto Alegre Clínicas, o qual atendia na Porto Alegre Clínicas – a população de Porto Alegre não sabia – 100 consultas gratuitas por mês. Sr. Presidente, também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de Valdir Raupp, suplente de Vereador, do PMDB

**O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Lourdes Nienaber.

**A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de Rogério da Silva Ramos, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais – Sindsep.

**O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de Edson Molina Belo, ex-servidor do Tribunal de Contas do Estado e ex-Presidente da Companhia Rio-Grandense de Saneamento.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Ver. Cassio, Ver. Paulo Brum, nós tivemos os Vereadores, mais uma vez, reunidos aqui, no Acampamento Farroupilha. Aproveito esta

---

oportunidade para agradecer o convite da TV Pampa, que nos ofereceu um almoço de confraternização no Acampamento Farroupilha, com as presenças de diversos Vereadores. Isso tem sido a prática, Ver. Cassio, todos os anos a gente sempre é convidado, e os Vereadores, de modo geral, participam de vários eventos no Acampamento Farroupilha, a Câmara sempre está presente. Como o Acampamento Farroupilha já está sendo encerrado no domingo, passo ao Ver. Cassio Trogildo, que provavelmente será o Presidente desta Casa no ano que vem – eu não terei mais tempo de fazer –, a ideia de fazer, no ano que vem, uma Sessão da Câmara de Vereadores dentro do Acampamento Farroupilha. O Prefeito Fortunati, este ano, está despachando, por alguns momentos, no Acampamento Farroupilha, e, quem sabe, no ano que vem nós também possamos nos organizar e fazer uma Sessão Plenária no Acampamento Farroupilha, ou até, como está falando o Ver. Bosco, fazer o Galpão da Câmara. Então, fica a sugestão de fazermos, na próxima edição, uma Sessão Plenária da Câmara dos Vereadores no Acampamento Farroupilha, que são os festejos do Rio Grande do Sul na Semana Farroupilha. Sei que estou passando o trabalho para o próximo Presidente, mas terei a honra de ajudar a organizar. Já conversamos com o Diretor Legislativo, hoje, é possível fazermos uma Sessão lá, pois a Câmara tem *know-how* para isso; eu acho que isso seria uma forma de homenagear a Semana Farroupilha. Então, deixo a ideia para o próximo ano, e me coloco à disposição para ajudar a construir para que se torne realidade.

**O Sr. Idenir Cecchim:** Presidente, caros colegas Vereadores, nós estamos todos aqui orando para que o Ver. Professor Garcia se recupere. Mas, enquanto isso, até que ele se recupere, eu queria comunicar aos nossos Pares que o Dr. Raul Fraga está assumindo hoje no lugar do Ver. Professor Garcia.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Professor Garcia solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 5 a 19 de setembro de 2015. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Dr. Raul Torelly, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, em função da impossibilidade de os Suplentes Dr. Lindomar e André Carús assumirem a Vereança, no período de 17 a 19 de setembro de 2015.

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a debater o assunto Qualidade de Vida, trazido pelo Sr. Pedro Luiz da Silva Vargas, Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Pedro Luiz da Silva Vargas, Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA. O Sr. Pedro Luiz da Silva Vargas está com a palavra.

**O SR. PEDRO LUIZ DA SILVA VARGAS:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas servidores do Legislativo, servidores celetistas, CCs, estatutários, estagiários, os que nos assistem pela TVCâmara, a ideia de pedir esse espaço surgiu quando a CIPA preparava a sua SIPAT. Entendíamos que era importante divulgar um pouco do nosso trabalho, prestar contas, dizer exatamente o que somos, o que estamos fazendo, o que estamos propondo, onde podemos agir, onde podemos atender, enfim, trocar um pouco de informações com a Casa. Nem todo mundo sabe o que é uma CIPA ou uma SIPAT; nem todo mundo conhece o que se trata quando se fala em saúde ocupacional, em acidente do trabalho.

Para contextualizar, eu começo citando o Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, que é a nossa CLT do saudoso Presidente Getúlio Vargas. O seu Capítulo V trata da Segurança e Medicina do Trabalho. Posteriormente, esse Capítulo V foi regulamentado pela Portaria nº 3.214 de junho de 1978, quando aprova as normas regulamentadoras. Hoje já são 36 que tratam da Segurança e Medicina do Trabalho. No Legislativo, nós temos a nossa Resolução nº 23 de 18 de março de 1987, que demonstrou que o nosso Legislativo se preocupava com essas questões, e instituiu a sua CIPA. Então, desde 1987, temos instituída, aqui no Legislativo, uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. E o que é a CIPA? Eu vou apresentar para vocês algumas atribuições da CIPA, porque a ideia é fazermos uma divulgação, propagarmos essa informação, para que as pessoas saibam em que circunstâncias e em que momentos as elas podem fazer uso da CIPA. Eu sei que têm Parlamentares aqui que são da iniciativa privada, são

---

---

empresários; com certeza, esses conhecem, porque estão praticando o que a legislação lhes diz, enquanto empregadores. Se não tem a CIPA constituída, tem no mínimo, lá, o designado, conforme está previsto na NR 5. Mas talvez os demais e os estatutários não conheçam.

Então, a CIPA da Câmara atribuições. Segundo o art. 13 da Resolução citada, a CIPA terá as seguintes atribuições: estudar medidas de prevenção de acidentes, avaliadas como necessárias, por iniciativa própria ou sugestão de outros funcionários, encaminhando-as à administração da Casa; promover a divulgação e zelar pela observância das normas de segurança do trabalho ou de regulamentos, instruções de serviços, emitidos pela Administração; despertar - é o que estamos tentando aqui -, através do processo educativo o interesse dos funcionários pela prevenção de acidentes e doenças do trabalho; propor à administração a concessão de prêmios aos que se distinguirem pelas sugestões sobre assuntos de segurança e medicina do trabalho; comunicar às chefias dos setores e da administração para as providências necessárias. Aí é o momento em que nós, da CIPA - e o Vargas, às vezes, é meio chato - quando, recebendo uma demanda, e muitas demandas que chegam à CIPA, tem como órgão de responsabilidade muitas vezes a área de manutenção da Casa. Então, chega uma demanda da CIPA... Eu lembro, por exemplo, quando a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal citou aquele acidente que tivemos no sanitário feminino: caiu aquele tronco, aquela tora de madeira, num total imprevisto, foi um acidente que poderia, inclusive, gerar um acidente com vítimas. Bom que não houve! Mas chegou para a CIPA por que aquilo estava lá? Então, fomos atrás da seção de obras, conversamos com o seu titular e depois divulgamos a informação: estava lá desde o tempo da obra, realmente foi um acidente, enfim.

Por exemplo, uma ação da CIPA, que nós estamos colaborando, auxiliando a administração, é a questão do PPCI, Sr. Presidente. Nós estamos auxiliando, nós estamos nos propondo a ajudar. Tanto que, uma das providências que o Legislativo tem de atender para a obtenção do alvará do PPCI é, por exemplo, ter uma equipe, ter um grupo treinado, preparado dentro do nosso Palácio Aloísio Filho: pessoas que vão fazer um curso para aprender um pouco de manejo, um pouco de como se portar, de como auxiliar no caso de um sinistro. Precisávamos de 25 pessoas, e a seção de obras nos procurou, perguntando: CIPA, como é que podes ajudar? Bom, nós vamos tentar

---

conscientizar e convidar colegas para o voluntariado. Eu creio que essa equipe já está quase pronta e a gente vai fazer o curso no 1º CRB.

Enfim, há outras atribuições da CIPA, mas essa que eu acabo de citar é a alínea “I” do artigo que eu referia: propor medidas de proteção contra incêndio, recomendando-as à administração. Então, nós não estamos propondo porque a área de responsável já está tratando, mas estamos auxiliando.

Quero falar um pouquinho do que a CIPA fez neste ano. Vocês, senhores Parlamentares, devem ter visto, nos corredores do Palácio Aloísio Filho, alguns *banners*, mensagens via *intranet*, que mandamos bastante. Eu mesmo, quando cruzava com um Vereador na garagem, no corredor convidava para participar de uma ou outra palestra, entregava *folder* convidando, dentro dessa ideia de propagar. Nós fizemos, está em andamento a nossa SIPAT. O que é a SIPAT? Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho. É obrigatória para quem tem CIPA, e quem a organiza é a CIPA. Então, montamos, preparamos, construímos um ciclo de palestras que estão ocorrendo. Hoje, pela manhã, tivemos uma ótima palestra. Amanhã haverá uma palestra de um tema importante, que é a ergonomia no trabalho. Inclusive, abro um parêntese para dizer que, nessa questão da ergonomia, recentemente, os membros da CIPA fizeram um curso; a Câmara proporcionou aos cipeiros um curso de noções de ergonomia. A partir disso, nós entendemos que deveríamos instar o Legislativo e propor que avaliasse a possibilidade, Presidente, de, quem sabe, fazermos um levantamento ergonômico do trabalho. Acho que traria bons resultados, principalmente no aspecto do mobiliário que utilizamos atualmente – ver se as estações de trabalho estão realmente adequadas, se o ambiente de trabalho propicia uma melhor produtividade. O ambiente de trabalho influi diretamente no resultado do trabalho. Então, encaminhamos, fizemos esta proposta para que a administração estude e avalie a sua execução ou não.

Ajudamos, também, a administração, no sentido de que a CIPA tem responsabilidades junto à alta administração da Casa acerca daqueles trabalhadores que aqui estão prestando serviço, sejam os contratados fixos, as terceirizadas, sejam aqueles que estão momentaneamente executando alguma obra. E também nos propomos a ajudar a fiscalizar no sentido de evitar, de divulgar a necessidade da prevenção de acidentes de trabalho, ou seja, é bem na prática mesmo. Tem uma obra lá no banheiro, vamos lá dar uma olhada; coloca o capacete, se protege e vai lá conversar com o encarregado da obra,

---

talvez com o próprio operário e verificar se ele está com uma luva adequada, se ele está protegido; se o cara que está fazendo uma solda lá está com a máscara de proteção; enfim, também é trabalho da CIPA. Por quê? Porque uma consequência de um acidente de trabalho naquele trabalhador, embora ele seja de um contratado, tem também a responsabilização do tomador do serviço. E nós, da CIPA, entendemos que temos a nossa responsabilidade em evitar que isso aconteça. Claro, a ideia primeira é a preservação da vida, este é o principal foco. Então, também atuamos nesse sentido.

Eu queria falar um pouco, também, acerca da questão previdenciária. Por que este *link*? Acidente de trabalho, doença ocupacional, doença do trabalho, se prevenidos – e é por isso que eu falo na questão da previdência –, geram menos custo para a previdência, e nós sabemos que hoje a previdência tem os seus problemas, tem as suas dificuldades em todos os âmbitos; nós temos o nosso Previmpa. E quando se trata da questão da saúde ocupacional e da prevenção de acidentes, está-se dando uma resposta à questão previdenciária. Hoje, uma aposentadoria precoce em função de um acidente de trabalho, uma doença do trabalho irreversível que coloca o trabalhador “no estaleiro”, enfim, isso provoca um desembolso desnecessário, que poderíamos evitar se estivéssemos atendendo.

Eu sei que o servidor estatutário legalmente ainda não tem essa cobertura no que se refere à questão dos acidentes de trabalho. Eu diria que as normas regulamentadoras foram elaboradas - a própria NR 1 diz isso - para os servidores públicos de regime celetista. E a gente procura e não acha ali, realmente, essa proteção, essa cobertura para o estatutário. Não tem. As coisas têm sido feitas por analogia. Por exemplo, onde é que diz qual é a obrigatoriedade de fornecer EPI para um servidor estatutário? Bom, pega a NR 6, para o celetista está dito, especifica. Depois, pega a legislação complementar dessa NR, tem ali a descrição, que tipo de equipamento, quem deve validar a qualidade desse equipamento, o CA dele – o Certificado de Aprovação do Ministério de Trabalho e Emprego e tal. Mas apara o trabalhador celetista a gente não tem; mas tem que fornecer o EPI.

Outra questão, e às vezes eu digo, no âmbito da CIPA, eu sonho em termos aqui na Câmara, por exemplo, um SEESMT. O trabalhador privado tem o seu SEESMT – Serviço Especializado de Engenharia em Segurança e Medicina do Trabalho, que está lá para cuidar da saúde ocupacional; estabelecido e dimensionado conforme NR 4, conforme o

---

grau de risco da empresa, conforme a quantidade de funcionários. Servidores estatutários? Não temos essa obrigatoriedade.

O Ver. Cláudio Janta me olha atentamente, é um Vereador da área sindical dos trabalhadores privados, conhece bem o que estamos falando; PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Hoje, Ver. Casartelli também conhece bem o que a gente está falando, chega em uma empresa, vai lá o auditor do trabalho, faz uma lista de documentos, o empresário vai apresentar, e lá está o PPRA, especificado, construído por um profissional da área, engenheiro de segurança ou médico do trabalho. Nós, estatutários, não temos. Claro, cabe à administração minimizar os riscos. Está lá no Estatuto, até resgato o artigo, o art. 196 do nosso Estatuto, a Lei Complementar nº 133, que diz que é um dever do servidor observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas bem como o uso obrigatórios dos EPIs que lhe forem fornecidos. Então eu queria trazer essas informações para os senhores e dizer que a CIPA está preocupada com essas questões e se propõe a ajudar a administração. Como na iniciativa privada, os integrantes eleitos da CIPA, muitas vezes, até querem estar nesta Comissão e serem eleitos para esta Comissão, porque lhes dá uma certa tranquilidade, garantia de emprego, estabilidade para brigar com o patrão, para cobrar do patrão. Não é o caso da CIPA da Câmara, não. A CIPA da Câmara, e eu acho que o caminho ideal é auxiliar a administração a resolver os problemas. Recebê-los, avaliá-los e levá-los, inclusive, com as alternativas de solução, acho que assim a gente consegue construir nosso ambiente de trabalho adequado, para a gente produzir melhor. E eu quero aqui também deixar muito claro, eu falei em estatutários, o estudo que nós fizemos aqui na questão da saúde ocupacional, na prevenção de acidentes, na medicina do trabalho, sem dúvida nenhuma, se estende aos nossos colegas servidores dos Cargos em Comissão, que também estão aqui laborando, que são fundamentais para os gabinetes, para os Parlamentares, eles também têm que ter de uma forma, eu diria, mais consolidada, essa questão da proteção e da segurança do trabalho.

Nós tínhamos previsto, Presidente, uma apresentação do pessoal do Corpo Voluntário de Socorro e Resgate de Gravataí. É um pessoal que faz um trabalho voluntário e auxilia, seja em traumas, acidentes em rodovias, eles auxiliam em resgate em áreas de risco. Eles não vão poder estar aqui para nos fazer uma apresentação porque já estão todos a postos, em prontidão, para as questões de alagamento previstas em função das chuvas,

---

que já estão ocorrendo e trazendo alguns transtornos. Então, vai ficar para uma próxima oportunidade, mas não deixo de fazer uma referência desse pessoal que tem esse trabalho tão bonito.

Diz-me aqui o Presidente Mauro que queria fazer um rapel, e a gente chegou a pensar mesmo em propor um aqui no plenário, mas vai ficar para uma próxima. Quero também lembrar a todos que, inserida na nossa SIPAT, semana que ainda está decorrendo, Ver. Tarciso – amanhã temos mais uma palestra e depois o encerramento –, estamos fazendo uma ação de responsabilidade social, todos devem ter visto os cartazes, estamos arrecadando fraldas para o Asilo Padre Cacique, a marca é Bigfral, tamanho *plus*, e leite. Então, nós, da CIPA, adotamos o Padre Cacique como alvo das nossas ações de responsabilidade social. Quem quiser contribuir pode entregar o material para mim, para o Paola, do RH, para o Rodrigo; a gente está de braços abertos para receber essas doações. Oportunamente, a gente entrega lá para o Dr. Milton Costa da Silva, que é o gestor daquela entidade, para a qual entregamos, durante a Campanha do Agasalho, que a CIPA realizou também, as roupas arrecadadas.

Presidente Mauro e Srs. Parlamentares, penso que o recado era este. Agradeço a atenção de todos, estou disponível para algum eventual questionamento ou informação. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Presidente Mauro Pinheiro, colegas Vereadores, Vereadoras, boa tarde a todos. Nosso querido Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, Pedro Vargas, colegas da Câmara que têm aqui feito uma discussão bem relevante, do último período, e trouxe à tona, inclusive no meio da sociedade, o debate da Câmara, que talvez foi fundamental para agrupar e reunir os servidores da Casa em torno de demandas necessárias e fundamentais a serem discutidas.

Inscrevi-me para falar sobre este tema de qualidade de vida não só por ser professor de ioga, mas por ter, há alguns anos, parado para pensar o que seria essa tal qualidade de



---

vida. Muitos passam uma vida toda sem parar para pensar nela. A verdade é que as pessoas vão vivendo, Casartelli, tu és médico e sabes bem, conforme as suas intuições, suas disposições, suas necessidades, suas demandas, suas perspectivas, e poucos são aqueles que conseguem parar e ter tempo na sociedade de hoje para refletir para onde de fato estão andando e qual a prioridade da sua vida. Eu vejo, no mundo cada dia mais individualizado, onde os valores estão absolutamente invertidos, onde as pessoas se preocupam com o que têm, com o que vão conquistar, gente preocupada em aglutinar riquezas, ter casas magníficas, ter quatro, cinco tipos de carros, coisas que nem vão conseguir utilizar, Vejo muitas vezes em conversas de corredor o número de sapatos que se consegue comprar, o número de roupas que se tem, e lamentavelmente as pessoas vivem em torno disso. E eu ouvi um comentário muito bom de que o tempo que se gasta para comprar isso não é o tempo do dinheiro, porque, se o capitalismo e o tempo do dinheiro fossem meramente o fundamental para tirar isso, para se comprar isso, não seria o problema. O problema é que as pessoas correm atrás de uma demanda econômica de uma cultura que se tem para se ter uma tal qualidade de vida, e elas gastam tempo de vida, despesa maior de vida. Eu não posso julgar pelos outros o que é importante para cada um, mas a despesa de vida de cada um não se consegue apertar num botão e rebobinar. Lamentavelmente, as pessoas não percebem que a qualidade de vida que está aí colocada, e é individual naturalmente sobre o gosto de cada um, não se precisa buscar a resposta fora de si, essa qualidade de vida não está em olhar para ninguém e invejar ninguém. Nós, hoje, formamos um mundo cada dia mais ganancioso, invejoso, onde olhar para o que o vizinho tem e invejar é algo quase que natural. Por isso, pouco sentimento se tem mantido da pureza. Eu costumo dizer que os adultos, hoje, deseducam as crianças. Talvez, se olhassem para as crianças e vissem na sua essência, aprenderiam o que é qualidade de vida e a felicidade maior. E a felicidade maior, eu não tenho dúvida nenhuma, Vargas, que, seja em local de trabalho, seja para quem escolha ter uma vida mais campesina, uma vida fora da Cidade e do meio urbano, seja para aquele que tem um processo de querer se aposentar logo ali, está ligada a coisas simples, como a generosidade, como não desejar muito, tratar as pessoas com um sorriso, com carinho, com um abraço. Ter afetividade, para muitos é deboche. Eu já vi gente debochando por excesso de afetividade, mas eu não vejo ninguém debochando quando o indivíduo mostra um carro novo, com orgulho, como se aquilo ali fosse uma pérola preciosa. Eu vejo

---

---

peças debochando, quando tu dá um beijo num colega teu, quando tu dá um sorriso ou quando tu queres colaborar. Eu não vejo alguém debochar quando o outro conta que tem 30, 35 imóveis, é dono de um patrimônio “x”. Lamentavelmente, essa sociedade individualista em que vivemos e de valores invertidos, talvez se justifique muito... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...porque eu, abertamente, falo que não me preocupo em ser considerado um maluco, ser considerado um cara fora do estereótipo comum, do protocolo normal, Vargas. Eu não estou preocupado em cumprir esse protocolo, porque eu acho que do protocolo normal cada um sabe o seu. E a felicidade, talvez se cada soubesse a sua e se preocupasse com ela, teríamos um mundo mais generoso, porque não é por falta de recursos econômicos, não é por falta de recursos naturais que temos pobreza e miséria. Nós temos pobreza e miséria porque muita gente se preocupa com o protocolo e, simples e puramente, com o valor individual e aquilo que vale só para si. Por isso, a minha admiração incondicional às crianças e aos animais, porque eles têm muito a nos ensinar, pela forma que vivem simples e puramente... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo o memorando que comunica a alteração do nome parlamentar do Ver. Dr. Raul Torelly para Dr. Raul Fraga.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero, inicialmente, saudar o Sr. Pedro Luiz da Silva Vargas, Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que nos deu uma enorme contribuição sobre um assunto que, às vezes, é subestimado, mas que é absolutamente relevante. Aliás, o nosso querido Ver. Maroni acaba de provocar, na sua manifestação, uma verdadeira indagação filosófica acerca do sentido da vida. E essa indagação, colocada em cima desse tema da qualidade de vida, acaba por pautar, de forma objetiva, uma boa discussão, uma boa reflexão. Se não me engano, Ramón de Campoamor diz que *nada es verdad ni mentira, todo es según el color del cristal con que se mira*. Tudo é verdade, tudo depende de como tu encaras as coisas, como tu vê as coisas. A natureza humana faz com que cada um de nós tenha

---

algumas concepções pessoais que, obviamente, contaminam a nossa visão e nos levam a ter perspectivas, muitas vezes, divergentes de um colega nosso. Mas isso não pode gerar nem uma crise, nem um abismo, porque essa é a natureza dos seres humanos, que são dotados do livre-arbítrio e, sobretudo, do pensamento. Até porque, na definição filosófica de Aristóteles, o homem é o animal pensante. Nós todos somos animais, o que nos difere dos outros é a nossa condição de pensar, de poder decidir sobre nós mesmos. Então, meu querido Pedro Luiz, qual é a qualidade de vida que nós queremos? Qual é a qualidade de vida que o amigo quer? Qual é a qualidade de vida que o nosso Presidente idealiza? Qual é a nossa qualidade de vida que o Ver. Maroni deseja? Não há uma uniformidade em cima disso tudo. Aliás, Rousseau, Montesquieu, Voltaire, sábios no início do Iluminismo, já discutiam sobre isso e traçavam caminhos diferentes. O que nos disse Rousseau, e em última instância, com a sua teoria do contrato social, é que todas essas nossas divagações, especulações e idealizações pessoais não de ser, num determinado momento, codificadas, acertadas para que se estabeleça um mínimo de convivência em que as ambições pessoais possam ser administradas, possam ser contornadas e consideradas dentro do conjunto da sociedade que se vive.

Obviamente que, nos tempos atuais, quando se fala em qualidade de vida, a gente pensa que as pessoas têm que ter tudo aquilo que faz parte dos programas políticos e das plataformas eleitorais: boa saúde, boa escola, boa educação, segurança, capacidade de viver em liberdade, entretenimento e tudo o mais. Simples, não é? Simples demais para esgotar um assunto tão relevante. Essa indagação persiste. Agora, não mais na vida, Pedro, a gente se perde em divagações e deixa de fazer aquilo que está ali pertinho da gente que pode ser feito. E aí eu quero te cumprimentar, porque tu estás trabalhando em cima de uma realidade díspar. Teus colegas que compõem o quadro de servidores da Câmara têm idealizações diversas, mas consciente ou inconscientemente têm necessidades uniformizadas no que diz respeito à sua qualidade de vida. Qual o meu tempo de manifestação aqui? Cinco minutos. Não valeu para todos, mas, em todo o caso, eu fico feliz de ter tido o privilégio de ter 5 minutos para, modestamente, tentar contribuir com este debate, cumprimentando-o pela tua boa atuação, pelo teu bom trabalho, e cumprimentando-o, mais ainda, aqueles que tiveram a ideia de te trazer no dia de hoje para nos provocar essas reflexões e essas indagações.

---

Saiba que eu te dedico o meu abraço pelo tempo que temos de convivência, muito carinho e muito apreço, e fiquei muito feliz em ouvi-lo nesta tarde em que a qualidade de vida predomina no tema e na pauta da nossa Câmara Municipal. Obrigado, Pedro Luiz.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Comunicações.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Caro Presidente Mauro Pinheiro; uma saudação muito especial ao amigo Pedro Luiz da Silva Vargas. Quero dizer que a síntese que o Ver. Pujol fez foi bastante apropriada. Quando ele faz o *link* da qualidade de vida com a presença daqueles colegas servidores públicos que se preocupam com essa qualidade de vida, essencialmente no trabalho, e ela passa pela prevenção de acidentes, ela passa pela saúde, ela passa pelo entusiasmo que todos nós precisamos ter como servidores públicos, essencialmente aqui da Câmara Municipal de Porto Alegre, até porque é daqui que saem as grandes regras que regem a vida da nossa Cidade, e a vida da cidade de Porto Alegre expressa a vida do conjunto do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto eu quero aqui fazer um registro. Eu acompanho o amigo Pedro, aqui na Câmara, e, nos últimos tempos nós o acompanhamos também e te acompanhamos enquanto homem que comanda, que leva e que conduz a CIPA aqui na nossa Câmara de Vereadores, tu com outros colegas servidores. Eu tenho dito por aí que o nosso Pedro é um homem entusiasmado nesse capitaneamento da CIPA. E independente, ou talvez até mesmo porque não temos regras como serviço público, regras específicas para nós, servidores públicos. Nós precisamos, sim, de gente, servidor público, que pense nessas questões. E quando se fala, e aí tu falaste na Previdência, na redução de gastos com a Previdência, é um viés dessa nossa atribuição, e, antes de tudo é, o viés de nós, compreendermos que a qualidade de vida perpassa pela a nossa vida particular, privada, pessoal, pela nossa vida familiar, mas ela também se concentra muito na nossa vida, por décadas, no seio da nossa vida laboral, do trabalho. E, necessariamente, seremos felizes com as nossas condições de qualidade de vida, com a nossa segurança na nossa vida, mas também nós seremos felizes, essencialmente, somando-se isso tudo. Nós somos felizes no trabalho, porque repito, aqui se passa mais de 30 anos, meu caro Dr. Raul. O que eu quero dizer

---

---

com isso? Da compreensão da importância do trabalho que nós fazemos como servidores públicos, do trabalho que vocês fazem aqui na Câmara. Então, a importância da Câmara para a sociedade, a importância do servidor público para a Câmara e para a sociedade é um elo que não se pode esquecer, e que o cidadão de Porto Alegre não pode esquecer. Nós convivemos com momentos, hoje, de enraivecidos na sociedade, e isso é perigoso. Aqueles que estão enraivecidos com o Governo Federal, enraivecidos com o político, enraivecidos com a Câmara, isto são vieses que trazem dificuldades para nós, e principalmente, para os enraivecidos. Eles correm um sério risco de morrer de estresse, daqui a pouco dá um enfarte, nada serve, tudo está errado, assim não pode. Nós temos consciência do trabalho correto, sério e necessário do servidor da Câmara Municipal de Porto Alegre. E expressado na tua figura, meu caro amigo Pedro, esse viés do necessário e do responsável, tu tens méritos pela condução de uma área que, como disse o Ver. Pujol, não é tão lembrada, mas é uma área necessária e essencial para o bom andamento das coisas dentro da nossa Câmara. E por que não para esparramar esse viés para todo servidor público do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil?

Um abraço para ti, parabéns! Foi muito bom contar contigo e com os servidores, na Câmara, tratando deste tema tão importante para o serviço público. Obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Cumprimento o Presidente da CIPA, o Sr. Pedro Luiz da Silva Vargas, nosso guarda Vargas, que conheço e reconheço como um dos funcionários muito atentos às condições de trabalho, ao funcionamento da Câmara e às necessidades dos servidores, sempre participante do Sindicato e, agora, na liderança da CIPA.

Eu quero dizer que considero a CIPA muito importante. É um órgão para o qual, talvez, os funcionários deem pouca importância ou significação, muitas vezes deixando de lado o seu funcionamento. A CIPA tem a ver, sim, com saúde e qualidade de vida – como está intitulado este momento –, com aspectos desde a questão das relações de chefia, das relações de trabalho, dos fluxos de trabalho, dos processos, até as condições físicas, materiais e de saúde do ambiente, passando pela saúde do servidor. Aqui, o Vargas

---

identificou uma série de elementos importantes que nós identificamos na Câmara como Vereadores, como passageiros. Imaginem como isso penaliza o conjunto dos funcionários!

Eu tenho uma opinião antiga formada sobre esta Casa. Este é um prédio que não foi completado – a Câmara se mudou para cá sem concluí-lo –, e nós vemos as suas inadequações. Tenho a minha convicção, e, como já fiz algumas vezes, a reforço: a Casa precisa fazer, progressivamente, a reforma das alas de cada um dos espaços, para a sua modernização, para melhoria das condições seja de climatização, iluminação ou ventilação. Há algumas questões que estamos arrumando, e não tiro a minha responsabilidade – todos os anos, cada Presidência encaminha –, como, por exemplo, os nossos banheiros reformados, mas como o banheiro do teatro, por exemplo, não tem exaustor e como é o banheiro da Taquigrafia – banheiros complicados, úmidos e sem exaustão. Acho que devemos aos servidores, aos cidadãos e às cidadãs uma série de adequações neste prédio. Óbvio, não é má vontade das gestões. Eu sou contrária à construir o anexo enquanto este prédio não estiver no ótimo do funcionamento, não é luxo, é funcionamento adequado, digno, salubre e seguro para os funcionários, para atender à população de Porto Alegre.

Nesse sentido, sempre defendemos uma comissão de obras, com representação dos funcionários, que funcione permanentemente, que ponha no papel, que planeje e identifique os gargalos. Porque parece que a Casa tem um gargalo importante, que é a produção dos projetos, que é a contratação desses projetos, que é a realização das licitações. Então, precisamos resolver esse gargalo, porque não são problemas de recursos financeiros para fazer consertos, manutenção. Todos são lentos. Eu tenho uma porta no meu gabinete que no ano passado foi feito o buraco e ainda não conseguimos colocar a porta. É um problema de fluxo de pessoal. E nesse sentido eu defendo a nomeação dos concursados. Em 2011, fizemos um concurso, depois de dez anos; desde 2012 só ingressaram 36 funcionários, em três anos. O término desse concurso será no início do ano que vem e não dá para desperdiçá-lo. Há vagas sobrando e muitas aposentadorias. Nós precisamos completar os quadros. É importante que a Câmara vá se programando para chamar todos os concursados, Presidente Mauro, para compor as equipes, porque os gargalos pioram a situação de funcionamento.

---

O Vargas falou de vários elementos, do problema, inclusive, da saúde do servidor. Esse é um problema da Prefeitura de Porto Alegre: se o servidor adoecer a gente não tem um cuidado, uma identificação do problema... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Quero sugerir aqui que nós possamos organizar um processo, como o que iniciamos quando eu era do Sindicato dos Municípios, nós conseguimos com a Prefeitura de Porto Alegre, mas depois não andou, aquilo que se chama de mapa de risco. Mapa de risco é um processo participativo e dialogado de identificação dos riscos no trabalho, é um processo muito bonito, uma metodologia muito bonita, vai a cada grupo de funcionários, numa forma dialogada, recompor todo o cotidiano daquele grupo, o seu processo de trabalho, o seu ambiente, a ambiência para identificar todos os problemas. Esse mapa de risco, feito em parceria, funcionários e gestor, vai identificando, resolvendo, encaminhando os problemas, a partir desse diálogo. Eu acho que o mapa de risco é uma excelente ferramenta de tecnologia que nós podemos ir fazendo gradativamente e acolhendo as demandas. Parabéns para a CIPA.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra em Comunicações.

**O SR. DR. RAUL FRAGA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nosso colega, Pedro Vargas, mais que conhecido, eu posso considerar quase um amigo aqui na Câmara, uma pessoa de muita responsabilidade, não é à toa que está no comando da CIPA. Enquanto médico do trabalho há mais de trinta anos, a minha convivência com as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes se alonga. Então, a gente realmente vê a necessidade que as pessoas têm nas empresas, nos próprios órgãos públicos, de terem a CIPA. Quantas e quantas vezes eu já vi, principalmente na iniciativa privada, a CIPA salvar vida de pessoas. Por quê? Porque, na realidade, a gente tem que trabalhar na prevenção. Se não trabalharmos na prevenção, nós vamos continuar, a todo momento, sendo assaltados, tendo doenças sexualmente transmissíveis, enfim, a nossa vida preventiva nos leva muito mais longe. E a CIPA é um exemplo maior disso: são as pessoas bem harmonizadas, com os riscos identificados, os problemas do dia a dia, os

---

problemas que temos de enfrentamento nas mais variadas áreas, sejam elas quais forem. Nós precisamos de gente que goste de fazer isso - eu sei que o Pedro gosta. Isso é importante porque nós só conseguimos chegar a bom termo com uma equipe unida, que trabalhe, que pense no bem comum e na qualidade de vida, que é o tema desta Sessão de hoje.

Então, nós precisamos, enquanto Vereadores, mais do que ser síndicos da Cidade, mais do que estarmos em todos os locais tentando resolver, melhorar, prevenir, apagar os incêndios que esta Cidade tem a cada momento, nós realmente temos a necessidade de estar junto à comunidade, e a comunidade está cada vez mais insegura, com mais problemas de saúde e de educação, e nós temos de dar a nossa participação, e a prevenção é fundamental nisso, assim como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, ela salva vidas. Eu já estive em empresas, onde, por exemplo, prensas tiravam as mãos das pessoas; se não fosse a atuação da CIPA, continuariam tirando – hoje não tiram mais, graças a Deus! As pessoas testavam o som no próprio ouvido, se não fosse a CIPA, nós teríamos uma legião de surdos, realmente, já temos muitos. Então, a prevenção perpassa o individual, ela tem de ser um ente coletivo. Se o nosso País tivesse se voltado para a prevenção seria muito melhor. Claro que nós temos algumas medidas, em especial na área da saúde, aí eu encaixo, principalmente, a Estratégia de Saúde da Família, na qual tínhamos – lembro-me, no início do Governo Fogaça –, 54 equipes nesta Cidade; hoje, temos mais de 200. Isso é fazer prevenção, é estar junto da população, tentando eliminar o problema na base, tentando identificar aquela pessoa que poderá ter um problema grave de saúde, e não transformar isso em uma questão de saúde pública. Nessa linha é a ação da prevenção dos funcionários, das reuniões que a CIPA propicia, nas quais são tratados os mais diversos assuntos relacionados ao dia a dia de cada funcionário. Porque, cada função tem os seus problemas específicos, além do coletivo, existem os problemas individuais de cada função. Isso tem de ser corrigido, porque o problema individual, muitas vezes, só é detectado por aquela pessoa que é atingida por aquilo e passa ao largo. Se não é a CIPA, não é tomada nenhuma medida a respeito. A questão coletiva, que é mais ampla, tem que ser estimulada permanentemente. E a gente sabe que se não tiver uma pessoa com vontade, com trabalho, pensando preventivamente, as coisas vão continuar, e os acidentes vão continuar acontecendo.



---

Então, eu acredito que, falando em qualidade de vida, nós falamos principalmente o que deve fazer quem está na vida pública, que é melhorar a vida das pessoas, o bem comum; eu sei que isso é o que diz o coração do Pedro, dos nossos funcionários e o coração de cada Vereador que aqui está. Saúde para todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Sr. Pedro Luiz Vargas está com a palavra para as suas considerações finais.

**O SR. PEDRO LUIZ DA SILVA VARGAS:** Quero agradecer, em nome da CIPA, a todos os Parlamentares que se manifestaram com palavras de carinho, palavras principalmente de muito incentivo. Ouvir os Parlamentares reconhecendo e nos fazendo essas referências só nos estimula a procurar desenvolver mais o nosso trabalho, que, faço questão de dizer, é um trabalho que corre paralelo às nossas atribuições tradicionais, como servidores. Eu sempre digo para o grupo que compõe a CIPA que eu sei que os seus trabalhos e suas atribuições ficam sobre a mesa enquanto eles vão lá se dedicar às questões da CIPA. Então, é um trabalho, realmente, de muita boa vontade. Então, agradeço aos Parlamentares por essas referências.

Quero agora, então, fazer um agradecimento a todos os colegas que compõem a CIPA, porque está o Vargas aqui falando, mas a CIPA é um conjunto de colegas que aceitaram o desafio. A CIPA da Câmara, como eu disse, vem desde 1987, mas, efetivamente, produzindo e se propondo a produzir, se propondo a trabalhar... A gente sabe que ainda é incipiente o nosso trabalho, Ver. Bernardino, mas a gente entende que plantamos uma semente. Fazer uma SIPAT como esta que está ocorrendo nesta semana ainda não tinha antecedente. Nós resolvemos fazer, dentro dessa ideia de conscientizar. O tema Qualidade de Vida, todos sabem, é um tema muito amplo. Então, entendemos de dar esse nome e inserir esse ciclo de palestras, sabendo que qualidade de vida também envolve, em muito, a nossa qualidade dentro do trabalho, como foi muito bem colocado por diversos Parlamentares aqui.

Então, quero agradecer principalmente aos meus colegas que compõem a CIPA, há alguns aqui nos assistindo, não vou citar nomes para não acabar sendo injusto e esquecendo de algum. Faço um agradecimento aos colegas que, junto conosco, têm-se

---

esforçado. Quero dizer a eles que não se arrependam porque o trabalho está nos gratificando e tenho certeza de que vai frutificar mais ainda.

Quero registrar também que a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da Câmara talvez, Presidente Mauro, e aí vou instar esta Administração no sentido de, quem sabe, na hora de fazermos o orçamento da Casa possamos olhar essa comissão no sentido de proporcionar alguma condição orçamentária para algumas atividades. Neste ano, por exemplo, sentimos a necessidade... Se talvez tivesse essa condição de poder lançar mão de algum recurso, obviamente que com todos os rigores necessários que devem ser colocados sobre o uso do recurso público, mas penso que dinamizaria um pouco as nossas atividades. Cito, por exemplo, que precisaríamos produzir material gráfico – *banners* -, não que não tenhamos conseguido, e abro um parêntese para agradecer a todas as áreas da Casa que nos apoiaram nesse sentido. Quero até fazer um agradecimento especial à nossa colega da RP, Andréia Oliveira, pois essa SIPAT está acontecendo porque ela também nos proporcionou auxílio com o seu conhecimento, sua experiência. Talvez, a CIPA tenha que estar em algum cantinho da parte orçamentária da Câmara, com algum recurso. Deixo isso para os Parlamentares observarem essa possibilidade. Digo isso porque quando observo a LDO, que ora está tramitando na Casa, Lei nº 024/15, eu separei, destaquei aqui, no seu art. 21, Capítulo V, Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, eu destaquei dois incisos desse artigo: “inc. III – melhoria [veja bem, Ver.<sup>a</sup> Sofia] das condições de trabalho dos servidores, especialmente com relação à segurança do trabalho e à justa e adequada remuneração”. Eu deixo essa parte de justa e adequada remuneração para a entidade representativa, porque não é função da CIPA tratar. Agora, a segurança no trabalho é conosco. E faço também referência ao inc. IV, que fala da atenção à saúde do trabalhador. Então, vejam que já está consignado lá na LDO, nós não estamos pedindo nada aqui que não tenha o embasamento.

Por fim, Presidente, gostaria de dizer que, Ver.<sup>a</sup> Sofia, o Mapa de Risco está na programação dessa gestão da CIPA. Nós já temos parte desse processo implementado. Existem algumas sistemáticas para construir Mapa de Risco, o Ver. Dr. Raul conhece bem, nós estudamos todas elas, optamos por fazer aquelas entrevistas e respostas em questionários, e vamos transformar isso, vamos tabular e colocar de forma gráfica bem estabelecida e distribuir às diversas unidades da Casa, para que todos comecem a

---

conviver com essa ideia de conhecer os riscos ocupacionais. Então, é um trabalho que a CIPA pretende, sim, nesta gestão, deixar concluído. Mais uma vez, muito obrigado a todos, Presidente Mauro, são essas as considerações finais. (Palmas.)  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Pedro Vargas, o nosso Vargas, queremos, em nome dos Vereadores da Casa, agradecer pela palestra que proferiu, bastante contundente, em que nos fez um relato do que está acontecendo na Casa. Gostaria de dizer que, como Presidente da Casa, a gente tem procurado ter a melhor relação possível com a CIPA. Já nos reunimos, a CIPA tem nos auxiliado diversas vezes em problemas da Casa, de eventos na Casa. Temos alguns problemas, é sabido por todos nós que a Casa enfrenta algumas dificuldades, alguns problemas, recorremos à CIPA por mais de uma vez, ela sempre nos ajudou a buscar soluções. Somos parceiros para procurar melhorar as condições de trabalho da Casa, inclusive nessa questão do orçamento já solicito ao senhor que possa sentar junto com o Diretor Financeiro e com o Diretor-Geral para construir alternativas para o próximo orçamento, até para saber os valores que podemos prever para o próximo ano para que possamos realizar, já fazendo um planejamento do que se pretende fazer no próximo ano.

Então, em nome dos Vereadores, eu lhe agradeço, conte conosco, para que possamos buscar melhores condições de trabalho sempre para os nossos servidores da Casa, que é para todos nós, porque todos nós participamos da Casa. Os Vereadores não deixam de, de certa forma, serem servidores da Casa e da Cidade, precisamos de boas condições de trabalho e muitas vezes temos algumas dificuldades e acho que a CIPA pode nos ajudar a buscar, sempre com o diálogo, essas soluções. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h26min.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (15h27min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

---

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Presidente Mauro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nossos cumprimentos; também quero cumprimentar o Pedro, sempre ficamos entusiasmados quando acompanhamos alguém que faz a defesa do seu trabalho com entusiasmo, isso também nos contagia. Eu quero cumprimentá-lo a respeito dessa liderança na nossa CIPA. Nós perdemos muito, há alguns anos se discutia mais a Portaria nº 3214, que disciplina a CIPA – a Cidade, o País discutia. Hoje nós não estamos discutindo tanto, por isso os nossos cumprimentos pela sua veemente defesa aqui. Eu tenho uma tese, Pedro, de que nós – o Brasil inteiro – estamos gastando em vão com a aquisição de extintores de água. Esse equipamento não se justifica mais. Hoje, dificilmente, vamos encontrar um incêndio especificamente abrangendo a classe A, a maioria dos incêndios envolvem a questão da eletricidade, aí nós estaríamos incorrendo num outro risco muito grande. Por isso, não vejo mais necessidade de se fazer a aquisição de extintor especificamente de água, ele é um equipamento pesado e poucas pessoas conhecem o manuseio. Enfim, a meu juízo, está ultrapassado esse equipamento. Fica aqui o nosso registro, cumprimento-o pelo seu trabalho.

Presidente, eu fiquei muito feliz em ver que o senhor veio hoje do Acampamento Farroupilha convencido de que nós temos que fazer uma Sessão Solene, da Câmara de Vereadores, lá no Acampamento. Eu preciso, Vereador, buscar no período passado um projeto em que nós estávamos pleiteando isso. Foi um dos meus primeiros projetos, eu estava há poucos dias aqui, até porque naquele período, Ver. Mauro Pinheiro, nós ainda tínhamos o recesso até o final do mês de fevereiro, nós iniciávamos o nosso trabalho aqui em março, e, exatamente no dia 9 de março de 2005, eu propus um projeto com o objetivo de realizar uma Sessão Solene, da Câmara de Vereadores, no Acampamento Farroupilha. Se nós pesquisarmos, veremos que os nossos regramentos estabelecem, Vereador-Presidente, que precisamos homenagear uma autoridade ligada à cultura regional durante os Festejos Farroupilha. Isso está nos nossos regramentos hoje, o que precisamos fazer é colocar em prática.

E quero lhe oferecer depois esse projeto, Vereador, e já sei que ele precisa de um reparo, mas é um projeto que está arquivado, e, quem sabe aprimorado, a gente oficialize, sim, essa prática de se fazer uma Sessão Solene no Acampamento Farroupilha. Houve um ano, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em que nós tentamos levar os departamentos do Município lá. A ideia é de que, assim como faz a 1ª Delegacia de Polícia, durante os

---

festejos, o Delegado Titular, Del. Jardim, leva todo o aparato da sua delegacia para o Acampamento. Nós tínhamos como proposta que se levassem todas as representações, secretarias e departamentos do Município, também, lá para o Acampamento naquele período. E nós conseguimos, em um ano que me foge agora qual, que o TRE fizesse o seu trabalho lá. E lembro das filas de pessoas tirando o Título de Eleitor, lá no Acampamento Farroupilha.

Então, Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, e que bom que essas coisas vão e voltam, pois, naquele período, eu me senti um tanto fragilizado e pedi para arquivar o projeto. E quero entregá-lo em seguida, a fim de que V. Exa. faça um substitutivo, ou uma emenda, pois sei que precisa ser feito. Já mudei de opinião a respeito do nome do Acampamento e fico muito feliz em ver essa sua convicção de que nós precisamos valorizar mais o nosso Acampamento.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Ver. Bernardino, como diria um grande filósofo da Câmara de Vereadores: “Eu tive uma grande ideia já tida.” Então, me somo a V. Exa. para me ajudar a construir e melhorar o projeto, para que se torne realidade o mais breve possível.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Mauro Pinheiro, nesse mesmo diapasão vou sugerir uma audiência dessa comissão na Marcha Mundial de Mulheres, para fazer o contraponto, não é, Ver.<sup>a</sup> Lourdes?

Mas eu quero falar de algo que me chateou muito, que me deixou muito contrariada, hoje, tomando pé da sanção do Prefeito. Fui lá, fiz questão, Ver. Pujol, de acompanhar a sanção do Prefeito ao Plano Municipal de Cultura, a posse no Conselho de Cultura. Na ocasião, perguntei ao Prefeito: Sem vetos, Prefeito? Ele me disse: “Não, tem uns vetos.” Eu logo imaginei onde é que a tesoura do Prefeito ia atingir a grande construção que nós fizemos aqui, do Plano Municipal de Cultura, e não me enganei. Infelizmente, o Prefeito de Porto Alegre não aceita nenhum compromisso do plano com o seu desdobramento orçamentário, obviamente. O Plano Municipal de Cultura foi sancionado, tirando o inciso I do art. 4º: “Compete ao Poder Público Municipal, nos termos dessa lei...” Foi vetado

---

formular políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos das diretrizes e das prioridades do Plano Municipal de Cultura. A Secretaria não tem compromisso – é isso que eu leio – com o Plano Municipal de Cultura. Eu entendo que nós devemos comprometer, sim, o Poder Público, porque o principal agente da realização de um plano para a cidade de Porto, dez anos de cultura, deve ser a Prefeitura de Porto Alegre. Não é ela, exclusivamente, que aciona e desenvolve o plano, mas a Prefeitura é estratégica, fundamental. Então o Prefeito tira a sua responsabilidade com programas e projetos que deem conta do Plano de Cultura nesse veto.

O seguinte veto é do art. 7º: “Os Planos Plurianuais e as Leis de Diretrizes Orçamentárias disporão sobre os recursos a serem destinados ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e prioridades do Plano Municipal de Cultura”. Como assim, não tem nenhuma implicação de um Plano Municipal de Cultura nas leis orçamentárias? Tinha que ter.

Depois, o veto que eu considero dos mais duros e tristes de aceitar, porque esse Plano é para dez anos, e o Prefeito veta o art. 10º que estabelecia uma progressividade na ampliação dos recursos para a cultura: nos cinco primeiros anos, chegar a 1,5% do Orçamento para a cultura e, até o final dos dez anos, chegar a 3% do Orçamento para a cultura, que é a luta nacional, que todos os orçamentos dediquem recursos para a cultura, porque a cultura é uma das áreas que mais dá prestígio para os senhores prefeitos, senhoras prefeitas, governadores, e que menos é prestigiada.

Estamos na semana do Porto Alegre em Cena, que está maravilhoso, mas que está caro! O Porto Alegre em Cena já é marca da cidade de Porto Alegre, assim como o Orçamento Participativo. Traz para cá o que há de novo, a cena nova no teatro, na música, e nos orgulha. E Porto Alegre deve continuar fazendo o Porto Alegre em Cena. Mas cada ingresso a R\$ 80 – com descontos para estudantes, professores, idosos vai a R\$ 40 – está caro, muito caro para uma política pública! Óbvio que há um circuito muito estreito que pode curtir o Porto Alegre em Cena. Se o Prefeito veta o Orçamento maior para a cultura, cada vez a cultura será mais elitizada, e algumas migalhas vão garantir o acesso à cultura. Então, não concordamos. E não concordamos com os dois últimos vetos também, que não permitem que a Conferência realize avaliação a cada quatro anos. Como não? Um plano em dez anos, engavetado e não avaliado, não vai ter vida, não vai ter eficácia na vida... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede para o término do pronunciamento.) Concluo dizendo que o Ver. Pujol coordenou

---

---

pela situação, eu coordenei pela oposição, a Ver.<sup>a</sup> Jussara, não me lembro se já era Líder, mas fiz essa coordenação mais amíúde, construímos um grande acordo aqui, este Plano, esta lei hoje vetada foi votada por unanimidade, com a presença dos artistas, com a festa dos artistas. A cidade de Porto Alegre tem um novo Conselho Municipal de Cultura. Eu gostaria que esta Casa mantivesse o texto original, construído na diversidade, no diálogo com a sociedade civil, porque este Plano é para além de qualquer Prefeito, ele é para dez anos na cidade de Porto Alegre, a ser reavaliado progressivamente. Portanto quero fazer um apelo aos colegas: derrubemos todos os vetos do Sr. Prefeito.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. DR. RAUL FRAGA:** Boa tarde a todos, colegas Vereadores, Presidente, funcionários, todos os que nos assistem; eu quero, num primeiro momento, agradecer ao Ver. Idenir Cecchim, que, como Líder da Bancada do nosso Partido, está aqui presente – como à Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger –, a cedência deste momento de liderança para que eu pudesse me manifestar. Eu achei importante vir ao microfone, porque a gente, na vida, tem algumas missões que vêm não se sabe de onde, nem como, nem por quê. E eu estou aqui reassumindo o papel de Vereador com uma missão que é mais do que partidária, vamos dizer assim, é um reconhecimento de que a democracia sempre tem que ser preservada. Eu tenho a honra de substituir aqui o Ver. Professor Garcia, a quem a gente deseja toda a saúde do mundo, que se recupere o mais breve possível, que a minha passagem aqui também seja breve e que nós tenhamos, naquela cadeira ali, o Professor Garcia ainda durante este mandato. Sabemos que, do ponto de vista médico, existe uma certa dificuldade de recuperação, mas temos certeza que essa recuperação virá - e com rapidez -, porque todos nós conhecemos o Professor Garcia. Não é à toa que é um homem com cinco mandatos nesta Câmara e que muito já contribuiu para a cidade de Porto Alegre; é um guerreiro e, com certeza, ele está brigando muito para retomar a condição anterior de saúde, fazendo tudo o que já fez. Eu sou uma pessoa da saúde, fui forjado na saúde, na luta pela saúde há mais de 30 anos e sei bem o que é essa luta. A Educação Física, que é a área do Professor Garcia, também está dentro das profissões

---

pág. 23

---

ligadas à saúde, uma atividade necessária e que deve, cada vez mais, ser estimulada. Então, eu vim a este microfone para dizer que eu sou um soldado, estou aqui cumprindo uma missão temporária, e que ela seja, é a minha vontade, o mais breve possível, esperando que o nosso colega, Vereador titular eleito, já de tantos mandatos, se recupere o mais breve possível, que possa estar conosco e leve em frente essa cidade de Porto Alegre, com que ele tem contribuído tanto, ao longo desses anos. Já foi Secretário, Presidente desta Casa, é difícil, se eu fosse falar, reforçar tudo o que o Professor Garcia fez e tem feito pela cidade de Porto Alegre, e, com certeza, voltará a fazer o mais breve possível.

Então, neste período que aqui estou, quero dar uma pequena contribuição muito especial, voltada à área da ética, da saúde, da saúde pública, da saúde mental, e também trabalhando pela Cidade, procurando fazer com que as pessoas tenham uma melhor qualidade de vida, com que a vida das pessoas melhore um pouco através do nosso trabalho aqui nessa Casa. Então, vamos caminhando, vamos andando, torcendo pela saúde de todos nós, especialmente, pela saúde do Ver. Professor Garcia. Muito obrigado. Saúde para todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu estou inscrito em Pauta Especial, estou inscrito na Pauta normal, eu cumpro todos os espaços que me são facultados aqui na Casa. Então, alguns assuntos a que vou me reportar posteriormente, não o farei agora, até porque o Período de Liderança é curto, 5 minutos. Disse à minha prezada amiga e adversária política, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, com quem não discutirei hoje, sobre o Veto do Sr. Prefeito Municipal, porque sobre este ainda não me debrucei adequadamente. Já vi que pelo menos num assunto nós temos posição comum, e em outros nós vamos verificar quais as razões, quais os fundamentos para só então, me manifestar objetivamente.

Eu quero, Sr. Presidente, enfatizar uma circunstância quero que o senhor me honre com atenção, Presidente, porque o senhor irá receber de mim agora, uma reclamação, e faz



---

dez anos que eu reclamo a mesma coisa. A lei que oficializou a Semana Farroupilha em Porto Alegre, que data do ano passado, estabelecia que a Câmara, necessariamente, faria, nesse dia ou nesse período, uma Sessão Solene em homenagem à data. Por razões das mais diversas, há anos isso não vem sendo feito. A proposta do Ver. Bernardino Vendruscolo de que seja feita uma Sessão Solene lá no Acampamento Farroupilha, eu acho positiva. A Sessão Solene seria feita aqui ou em qualquer lugar.

Ademais, Presidente, eu estou, hoje ou amanhã, protocolando na Casa um projeto, Ver. Cecchim, restabelecendo e revigorando um prêmio que a Casa dispunha, a Comenda Glaucus Saraiva, anualmente entregue a um destaque do movimento tradicionalista. Nós estamos recolocando porque a Casa, com o propósito, em um período em que nos encontrávamos, de reduzir o número de premiações, acabou cometendo alguns equívocos, e, entre esses, eu assinalo a revogação da lei que instituíra o Prêmio Glaucus Saraiva, que já foi entregue a respeitáveis figuras, a respeitáveis cultuadores da tradição do Rio Grande do Sul, a começar pelo Nico Fagundes, cujo nome o meu colega Ver. Dinho do Grêmio pretende que seja o nome do Acampamento Farroupilha.

O Acampamento Farroupilha se realiza, este ano, num período excepcional. Durante muito tempo, foi objeto de dúvidas a sua realização, sobre a qual existe, inclusive, uma CPI, da qual nem eu, nem o Ver. Dinho, nem a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, nem o Ver. Bernardino falaremos durante o mês de setembro, e que vem se realizando na maior normalidade, e, para a minha alegria pessoal, com grande aceitação popular. Quando o povo aceita, alguns pecados que, eventualmente, possam ter, se transformam em pecados veniais, não são pecados mortais, sendo admissíveis. O erro humano é possível de ser corrigido. A única situação que não se corrige, Sr. Presidente, de modo algum, é a omissão. Quando alguém, por omissão, deixa de fazer alguma coisa, ele não permite que se corrija no futuro. Agora, quando ele, pela ação, possa eventualmente cometer algum equívoco, esse é corrigível no passado. A omissão da Câmara em não cumprir a lei realizando anualmente Sessão Solene em homenagem à Semana Farroupilha, espero que, Sr. Presidente, como seu legado ao seu sucessor, fique a determinação do cumprimento da lei nos anos subsequentes. Só para concluir, o sentido básico desse pronunciamento é dizer que não discordo da proposição do Ver. Bernardino Vendruscolo, mas assinalo que, como primeira medida, nós temos que realizar a Sessão Solene que pode ser feita aqui ou lá no Acampamento Farroupilha, ou qualquer lugar, mas tem que ser feita; ou revogar

---

---

a lei! Se entenderem que não deve fazer, tem que revogar a lei! É uma decisão que só o plenário da Casa pode tomar. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Passamos ao

## **GRANDE EXPEDIENTE**

A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra em Grande Expediente.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em primeiro lugar, uma boa tarde a todos nós, este Grande Expediente vem se arrastando há um bom tempo. Mas o tema em que, desde o primeiro momento, eu, como Vereadora do PCdoB, focaria nesta tribuna é mais do que atual. Inclusive pelo o que ocorreu ontem na Assembleia Legislativa. Eu venho usar esse espaço para manifestar nesta tribuna a posição do meu Partido Comunista do Brasil em relação ao momento que vive o Estado do Rio Grande do Sul numa análise de um tempo maior de 15 minutos, além dos 5 minutos de Liderança que já usei em alguns momentos, abordando algumas das mais sentidas consequências, do que nós, do PCdoB, consideramos, do desrespeito do Governo Sartori com os trabalhadores públicos e com o povo gaúcho. Porque o desrespeito aos trabalhadores sempre é um desrespeito a todo o povo. Na realidade, nós, do PCdoB, temos a convicção de que o Governo Sartori que foi eleito sem programa, sem um programa definido para o Rio Grande do Sul, mostrou a sua verdadeira face. E qual é o seu projeto? O seu projeto e a face desse governo é o desmonte e a diminuição do papel do Estado. Esse é seu lado, esse é o seu posicionamento político e ideológico.

Como afirmou a nossa Deputada e Presidente do Partido, Manuela d'Ávila, sobre o paradoxo da economia do Governo Sartori, dizia Manuela, antes de sua licença-maternidade: "Queremos ajudar o Rio Grande do Sul, desde que o alvo dessa economia não seja a destruição da produção, do conhecimento e das políticas públicas". Emblemático o foco do Governo na extinção, por exemplo, Ver.<sup>a</sup> Sofia, da Fundação Zoobotânica. Significa aniquilar anos e anos da construção de uma estratégica estrutura de pesquisa na área ambiental, sustentáculo para o desenvolvimento econômico, social e

---

ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, extrapolando as fronteiras do nosso Estado, sob a ótica do Brasil, em função dos nossos biomas e sob a ótica também do Conesul. E eu trago aqui um exemplo que contribui um pouco, como Secretária de Meio Ambiente do Governo Tarso, a Alianza del Pastizal. Também a extinção da Fundergs significa o comprometimento e o fim de políticas públicas no esporte, que também é estratégica, se nós pensarmos sob a ótica da saúde física e mental, da formação e capacitação na área de esporte e nas modalidades. Isso é de um significado fundamental, principalmente, se pensarmos na ótica da nossa juventude, presente nesse momento na construção de um futuro, junto com todos nós. A extinção da FEPPS - sou farmacêutica, e, no meu tempo de movimento estudantil, lutamos muito pela criação da FEPPS - Diretório Acadêmico da Faculdade de Farmácia. Aliás, presidentes da FEPPS foram dois professores nossos, o Prof. Leonildo, primeiro Presidente da FEPPS, da anatomia, e o Prof. Miguel, uma sumidade, uma referência na área de medicamentos e cosmetologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A FEPPS, portanto, é fruto dessa luta histórica por décadas, de pesquisa e prevenção em saúde em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social e para uma saúde pública de qualidade. É uma estatal que é referência para a pesquisa como um complexo público de produção, de assistência, ciência, tecnologia e inovação tecnológica, referência através de tudo que acompanha. Cito aqui o Hemocentro, cito aqui o CIT, cito aqui o Lafergs.

Qual a coerência de um Governo que propõe o desmantelamento de sustentáculos para desenvolvimento econômico, social e humano com base na produção do conhecimento, com base no desenvolvimento de ciência e tecnologia de inovação e com base em políticas públicas estratégicas para a qualidade de vida que há pouco falávamos aqui com o Presidente da nossa CIPA? Políticas públicas como dever de estado, como dever de um ente público para garantir a retomada do nosso desenvolvimento do Estado e, inclusive, da nossa soberania, porque ciência e tecnologia de inovação é isto: soberania nacional! A par desse desmonte nacional que a face oculta do seu projeto neoliberal impõe regras retrógradas, sacrificando o funcionalismo, através de parcelamento de salário, através da tentativa de desmoralizar os servidores, de banalizar o significado dos servidores públicos estaduais de todas as áreas e de uma forma muito agressiva com os profissionais de educação, com os profissionais de segurança, com os profissionais de saúde. Não enfrenta a crise; pelo contrário, o que o Governador Sartori está fazendo é fugir do seu

---

---

dever como Governo de enfrentar a crise; ele agrava a crise. E qual é o resultado para o Estado do Rio Grande do Sul, e na perspectiva do significado do nosso Estado no contexto nacional e no contexto do Mercosul? O que a população está sentindo é o caos no Estado do Rio Grande do Sul, e a responsabilidade é do Governador e não dos servidores públicos - está criando um ambiente que já tem cartas marcadas para o próximo jogo: caminho para o desmonte do Estado, privatização de empresas públicas estratégicas como a CEEE, o Bannisul e a Corsan. A quem penaliza sempre, seja historicamente, seja em que Governo for, aumento de impostos através do ICMS? O nosso partido tem posição concreta em relação a isso: penaliza os trabalhares e cria mais dificuldades para retomar o crescimento, porque aos investidores ou aos setores do capital que aplicam na produção são criadas dificuldades. E nenhuma medida que onere quem tem mais. Em qual momento o Governo Sartori anunciou uma medida que onere quem pode mais? Ele está onerando, na realidade, os trabalhadores. E tudo isso não é resultado exclusivo do quadro financeiro, é a visão do Estado mínimo, é a visão da precarização do trabalho, é a visão da precarização das políticas públicas, construídas com a luta dos trabalhadores e, também, dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul. E não é resultado, repito, exclusivo do quadro financeiro, é escolha política calculada do Governador Sartori e do seu grupo político. A tônica, em resumo, é a visão neoliberal, é a redução do papel do Estado e o seu desmonte para justificar cortes, arrochos, privatização, terceirização no setor público. O resultado será nefasto na vida de todos, sob o ponto de vista do atendimento à educação, à saúde, à segurança pública. A violência aumenta. Com a dignidade de todos nós que não queremos o Estado do Rio Grande do Sul - estamos em plena Semana Farroupilha - nessa derrocada. O resultado de tudo isso é na vida de cada um de nós. Eu falava na violência. A violência aumenta. Os casos são os mais variados. Não se tem nem dimensão das mortes que estão ocorrendo pelo aumento da violência, mas isso não é culpa dos servidores.

A nossa bancada na Assembleia Legislativa, o nosso partido, apontamos em documento entregue ao Governador Sartori pelo Deputado Juliano Rosso e pela nossa Líder, Manuela D'Ávila, o nosso ponto de vista, do PCdoB, e as nossas sugestões: 1º - o pagamento regular dos salários e proteção dos direitos do funcionalismo; 2º - combate à sonegação, com a modernização do sistema e convocação dos concursados da Secretaria da Fazenda; 3º - protagonismo para renegociação da dívida com a União, e,

---

---

inclusive, se precisasse judicialização da dívida, fazê-la; 4º - aumento da alíquota sobre grandes heranças com progressividade do imposto, que é a taxaço das grandes fortunas – o que temos defendido, inclusive, no processo da luta da saúde pública, para aporte de recursos para a saúde, para o nosso Sistema Único de Saúde; 5º - continuidade às linhas de crédito abertas pelo Governo Tarso; há linhas de crédito abertas pelo Governo Tarso. O que é isso senão prepotência? O que é isso senão falta de consciência, falta de gestão de um Estado?

Quanto ao combate à sonegação, o Estado perde R\$ 7 bilhões por ano com sonegação. E, aqui, eu quero chamar a atenção sobre um trabalho feito pela Afocefe – Sindicato, que são os nossos técnicos tributários. O Presidente da Afocefe é o Carlos De Martini. Numa reunião que houve com a Central dos Trabalhadores do Brasil – RS, publicaram, inclusive, um manifesto de várias entidades - Um Rio Grande maior é possível, direcionado ao Sr. Governador, aos partidos políticos, aos Deputados Estaduais e Federais, às entidades empresariais e de classe, enfim, a toda a sociedade. Eles fazem um estudo importante da evolução do ICMS nos últimos sete anos. Este estudo expõe a incompatibilidade da arrecadação com o consumo, resultando numa queda de 5,29% em relação a 2010. Faz uma relação, também, entre o consumo da energia elétrica aumentada linearmente entre 2008 e 2013, a arrecadação do ICMS em 2011 foi menor do que menos do que o consumo mais baixo. Então, tem alguma coisa errada na nossa arrecadação! E anomalias em relação aos combustíveis, por exemplo, 115% maior nos últimos anos no pagamento do IPVA. Então, a evolução da receita com ICMS cresceu apenas 24,79%. Como é que a arrecadação do pagamento do ICMS é 115,2 e a evolução da receita com ICMS cresceu apenas 24%? Segundo estudo feito pelo Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, 27,6, quase 30% do ICMS é sonegado no Rio Grande do Sul.

Finalizo fazendo uma ligação inclusive com o que aconteceu ontem na Assembleia Legislativa. Eu não tenho dúvida de que o que aconteceu ontem na Assembleia faz parte de todo esse processo, de um governo que não olha para a sociedade, de um governo que não tem projeto, a não ser o desmonte do Estado, um governo arrogante, um governo que está afastado inclusive daqueles que o elegeram, afastado da sociedade e das propostas da sociedade, está no isolamento. Está no isolamento! E os resultados são

---

nefastos, sob a ótica da democracia. Ontem, o nosso deputado Juliano Roso usou uma frase que está escrita na Assembleia Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Obrigada, Sr. Presidente. Retomo, aqui, a frase da Assembleia Legislativa: “Povo sem parlamento é povo escravo”. E o Juliano Roso perguntou: “O que é um parlamento sem o povo?” Eu digo isso exatamente porque o que aconteceu ontem na Assembleia, talvez – é bom que se pesquise, vou pedir para a minha assessoria fazer isso -, pelo que lembro não só dos últimos 30 anos, mas do estudo da história, acho que aconteceu pela primeira vez na história da Assembleia Legislativa fechar as suas portas para votarem projetos de um governo. Para votarem projetos de um governo contra os servidores, contra o povo, contra o Rio Grande, e uso este tempo de liderança para finalizar, dizendo que, no dia 9 deste mês, eu acho isso muito importante, foi instalada, na Assembleia Legislativa, a Frente Parlamentar de Combate à Sonegação Fiscal, à Pirataria e ao Contrabando, que é presidida, inclusive, pelo nosso Deputado Juliano Roso. Acho que é uma Frente Parlamentar importante, e vão trabalhar sobre a caça aos devedores, e o Deputado Juliano Roso acredita que o enfrentamento à sonegação é uma alternativa para a superação da crise financeira. Ele adiantou que a Carta Aberta da Frente Parlamentar será encaminhada ao Governador Sartori, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas e à Assembleia Legislativa, pedindo maior presença de todas as instituições no combate à sonegação, já que esse estudo que há pouco me referi, do Sindicato Nacional do Procuradores da Fazenda Nacional, diz que 27,2% de toda a arrecadação do ICM é sonegada; dizem os procuradores nacionais que o Brasil, em 2015, vai perder R\$ 500 bilhões para que sonegação. Então, esse é um ato do Rio Grande do Sul, mas que também nós, do PCdoB, achamos que tem que ser feito em todo o nosso País, porque nós queremos combater a sonegação para aplicar em políticas públicas, para ter gestão pública em todos os Governos e em todos os entes federados. A Frente Parlamentar tem apoio de 47 Deputados que assinaram o pedido de instalação e deverá atuar com o auxílio técnico do Afocefe-Sindicado. Os Deputados Enio Bacci, do PDT, e o Deputado Missionário Volnei, do PR, que estavam presentes no ato, deverão

---

pág. 30

---

coordenar os setores de combate ao contrabando e à pirataria, respectivamente. Diversas entidades representativas dos servidores prestigiaram esse início das atividades. O Presidente da Afocefe-Sindicato, Carlos de Martini, que sugeriu a instalação da Frente Parlamentar em função dos R\$ 7 bilhões de sonegação no Estado, disse que o simples enfrentamento dessa sonegação pode ser alternativa para aliviar a crise financeira. A estruturação funcional da Fazenda, segundo Christian de Azevedo, do Sindifisco, é prioridade para cobrança da dívida ativa. Segundo ele, a sonegação que o Brasil lidera no mundo consome cinco vezes mais recursos que a corrupção. Também o Presidente da Febrafisco, Guilherme Campos, antecipou estudos da entidade para contribuir com o trabalho parlamentar. Então, eu finalizo este momento, tanto de Liderança do Partido quanto de Grande Expediente, para dizer que a sociedade do Rio Grande do Sul está mobilizada, os servidores estão mobilizados. A sociedade do Rio Grande do Sul – através das suas mais variadas entidades representativas –, temos que estar muito atentos. Fechar a Assembleia Legislativa para o povo não estar lá, para contribuir, inclusive, para que não se desmonte o Estado do Rio Grande do Sul, não é a solução. E muito menos será a solução para o nosso Estado o Governador Sartori continuar com seu desgoverno, no sentido de implantar, retomar o projeto neoliberal no Estado do Rio Grande do Sul, desmontando o serviço público, penalizando os servidores, portanto, desmontando setores estratégicos para garantia de políticas públicas, da saúde, do enfrentamento à violência, da educação, da cultura, e de tantas outras políticas necessárias para a cidadania do Estado do Rio Grande do Sul. Na realidade, é um governo que se isola cada vez mais, e, sem dúvida nenhuma, o povo do Rio Grande dará a sua resposta.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Kevin Krieger.

**O SR. RODRIGO MARONI:** Boa tarde Presidente Mauro Pinheiro. Primeiramente, quero dizer que eu gostei muito da tua fala na TVPampa. Eu costumo dizer que eu gosto bastante da postura que tu tens tido na representação da Câmara quando fora daqui. É muito bacana. Tu és uma pessoa muito querida também por um amigo meu, o Fabiano Pereira.

---

Também quero agradecer ao Kevin Krieger, que abriu este espaço para mim, e ao Pujol, que disse que aguardaria a minha fala. Eu tenho um respeito e uma admiração muito grande por tu estares aqui presenciando a minha fala neste Grande Expediente, que o Kevin, uma pessoa pela qual eu também tenho um respeito e uma admiração muito grande, me cedeu.

Nós estávamos tratando aqui de qualidade de vida relacionada à política, e eu queria deixar registrado que há cerca de sete anos - e eu conversei sobre isso com alguns funcionários da Câmara - eu era estagiário, aqui, da então Ver.<sup>a</sup> Margarete Moraes, e lembro bem do quão fazia diferença na minha vida as fichinhas de ônibus que, na época, a gente ganhava da Câmara enquanto estagiário. Um pouco antes desse estágio, que iniciei aqui em abril, eu trabalhava no Café do Lago com um conhecido teu, o Fabinho, onde eu era garçom. Por quase um ano e meio, quando eu fazia faculdade, eu trabalhei de garçom do Fabinho. E quero dizer que encontrei um colega meu garçom, o Elias, na sexta-feira, no restaurante em que ele trabalha, e comentei que uma das melhores profissões que eu tive foi a de garçom, pela relação que eu tinha e qualidade de vida naquele momento. Eu era imensamente feliz e ganhava só comissão, a gente não tinha nem salário fixo base, porque o Café do Lago não pagava, pagava a comissão, que acabava valendo a pena. Obviamente, se a gente não trabalhava, não ganhava. Eu lembro de trabalhar as madrugadas do Natal e do Ano-Novo para poder receber uma grana extra, porque, nessas épocas, vendia-se mais, inclusive. Eu digo isso porque é muito significativo estar aqui nesta tribuna como Vereador e falo sobre isso não como algo apolítico, individual a mim, porque eu tenho certeza de que milhões de brasileiros, inclusive pessoas que vieram para o Parlamento, têm histórias tão ou mais bonitas do que a minha, provavelmente até sejam pessoas que batalharam mais do que eu em muitos aspectos. Eu venho aqui no sentido de a gente refletir sobre a política, sobre o que ela se tornou ao longo dos anos. Eu conversava aqui com o Pujol, que falou que ele não é o mesmo dos 20 anos, não é? Lamentavelmente, em 2015, Pujol – com todas as transformações do mundo, e a gente discutindo qualidade de vida, valores, isso e aquilo – , ainda se valoriza bastante a mesma lógica do sistema feudal. Há gente que ainda valoriza ter serviços para atender, acumular riqueza, como a gente discutia. Anteontem assisti à entrevista do Presidente Pepe Mujica, que dizia que não compraria um avião presidencial porque de nada adiantaria um avião presidencial para um país pequeno

---



---

como o Uruguai, ele compraria, então, um helicóptero, que, pelo menos, poderia salvar vidas de pessoas em algum acidente nas estradas do Uruguai. Isso demonstra o nível de sobriedade, de inteligência emocional e de capacidade de diluir o poder. Absolutamente nobre, absolutamente valoroso.

O Ver. Reginaldo Pujol falou que não é o mesmo dos seus 20 anos. O ser humano é a única espécie que consegue errar 50 vezes e não aprender. Não há bicho algum que leve uma mordida de outro e que vai repetir o comportamento. O ser humano não aprende assim. Reproduz 50 vezes o mesmo erro e vai errar mais 50, porque a nossa capacidade e valor, enquanto espécie, está exatamente em não desistir de lutar e sonhar.

Estar como Vereador é um processo passageiro, talvez amanhã ou depois eu volte a ser garçom. E fico muito triste quando vejo pessoas que acham que perpetuam ou se diluem a partir de um *status quo*, independente de ser um vereador, deputado, médico, doutor, juiz, que acha que é grande coisa pelo título que vem embaixo do cartão. E digo que na vida todos nós caminhamos para o mesmo fim, para sermos comidos, para irmos para baixo da terra e morrer igual, o que vai nos colocar em condição igual amanhã ou depois. E é muito breve. Muitos não prestam atenção no quão breve é e talvez se distraiam nisso. Nosso aprendizado é individual, Pujol, e sempre vai ser individual. Ficar se apegando a períodos da história para fazer comparativos não tem sentido. Cada geração aprende com a sua própria experiência, e cada indivíduo avalia a vida com a sua própria experiência. Não há ensinamento de um para outro, a não ser o que o próprio indivíduo consegue observar e capitanear da vida e aprender com aquilo. Hoje nós vivemos num mundo onde a política se disputa por vaidade ao invés de se disputar por valores, se disputa para ver quem vai estar sentado no trono da próxima eleição ao invés de se disputar por princípios. Hoje vejo uma discussão onde pessoas defendem o indefensável, preocupados com a próxima eleição ou em que lado estão, ao invés de ter o valor discutido de fundo. Hoje eu estava pensando que se discute essa tal de soberania. O debate é muito além de soberania nacional. Inclusive as grandes potências mundiais, teoricamente que deveriam dar o exemplo. Não há nada de soberania nacional, simplesmente. A discussão de fundo deveria ser planetária, de espécie, de defesa mundial, de defesa de pessoas, de animais, de seres do nosso planeta. Não adianta discutir o nosso território e não se pensar um projeto mundial, não se pensar que na Síria tem gente atravessando o mar para tentar fugir, e morrendo. Crianças morrendo na beira da praia. E eu pegava o exemplo de um

---

---

sírio, que com o seu gatinho, o Azeitona, atravessou o mar Mediterrâneo a nado para fugir e poder escapar.

Eu falo isso tudo, Pujol, para dizer que eu acho que o nosso papel político, para além das reflexões e das ideias, é um papel de criar referência, a partir do comportamento e da postura. De nada adianta apresentarmos belos e grandes projetos, que muitos nem serão implementados, se nós não formos exemplo de postura e comportamento entre nós, entre os colegas, com a sociedade e com as pessoas, se nós não mostrarmos princípios na nossa maneira de viver. Eu resolvi falar sobre isso e refletir: é mais importante quem está sentado no trono da política, um juiz, um médico, um dono de um meio de comunicação, ou o Busca-Pé, que eu conheci ontem, Ver. Pujol, que nasceu junto com seus irmãos, que cresceu na rua e foi adotado por uns carroceiros? O Busca-Pé é um animalzinho que até os seus três anos foi estuprado, diariamente, até o seu ânus ficar praticamente exposto. Essa história que estou relatando não é uma história de livrinhos, um vídeo, um filme, é uma história real, inclusive, esse cão não mora do outro lado do mundo, ele mora aqui, em Porto Alegre. O Busca-Pé, até ser adotado, Liene – tu que és defensora dos animais e protetora como eu –, teve essa história, assim como o Trapiche. E eu fico feliz de subir a esta tribuna para falar do Busca-Pé e do Trapiche. Quem disse que não é importante falar nesse assunto? Quem falaria pelo Busca-Pé e pelo Trapiche? E quem passaria pelo que o Busca-Pé passou, quase três anos sendo estuprado? E o Trapiche, que teve o seu olho furado com uma caneta pelo seu dono, que é adotante, para que ele não pulasse o muro da casa? Eu fico feliz de vir aqui poder falar no Busca-Pé e no Trapiche, porque relatar essas histórias também é política, porque tudo é política pública. Se alguém acha que foge da política pública para qualquer coisa, ou que não se pensa, está completamente errado. Não existe falta de recurso para nada, Pujol, e tu, com a experiência que tens, sabes que, se houver vontade política e vontade humana... Tudo pode ser construído se tiver vontade humana. Lamentavelmente, as pessoas entram a partir de muitos interesses individuais, se desviam nessa lógica, e a gente se distancia da realidade. Talvez não tivesse um Busca-Pé e um Trapiche para relatar, se a gente tivesse um processo de conscientização e politização histórico.

Quero relatar que eu estive no bairro da Glória também, numa situação absolutamente delicada. Fui lá para conversar com um morador que tinha um animal que devia ter uns 30 quilos e estava com uns 8, tamanha a fome que passava. Eu fiquei quase uma hora e

---

meia em negociação com esse senhor, ele dizia que ia matar meio-mundo, que ele ia matar quem tinha denunciado, que ele queria dar tiro, que ele tinha saído do crime e que eu não ia tirar o cachorro dele por nada neste mundo, porque ele voltaria para a vida do crime. Eu, em uma hora e meia negociando com ele, o convenci que estava ali para ajudar como servidor público, não estava ali para avaliar ou julgar. Estava, pura e simplesmente, como um servidor público tentando colaborar com um animal que estava em claros maus-tratos. E a gente conseguiu retirar esse animal e dar o tratamento possível. Eu acho que são pequenos gestos que a gente faz que justificam a nossa estada na vida terrestre; não só no Parlamento como na vida terrestre. Então, eu fico muito contente de relatar esses pequenos exemplos que fazem transformar não a vida em geral, mas a vida do Trapiche, do Busca-Pé e daquele cãozinho magrelo por maus-tratos e abandono no morro da Glória.

Quero dizer também que vejo diariamente diversos heróis que não aparecem. Ontem eu vi uma menina que saía de um bueiro com quase 20 metros de profundidade, com fezes, com tudo que é tipo de lixo. Conforme o vídeo, ela entrou no bueiro amarrada pelo pé, segurada por dois rapazes, para resgatar dois filhotes que uma pessoa havia jogado no bueiro para matá-los. E essa pessoa não é Vereadora, não é Deputada, provavelmente não vá ser conhecida por ninguém, provavelmente não vá sair na capa de um jornal, provavelmente não vá ter mídia nem fama nenhuma. E ela saiu absolutamente suja de fezes de dentro do bueiro, mas com os dois cachorrinhos na mão. E ali ela fez um exercício de generosidade. Acho que, se a gente pudesse incentivar alguma coisa nesta vida, seria ser sóbrio e ter generosidade, coisas que lamentavelmente a gente está perdendo.

A minha vida de garçom para Vereador mudou muito pouco, os meus gostos, as minhas vontades. Tenho certeza que a gente muda pouco se a gente tem valor de família. E tenho convicção que muitas pessoas têm. Também não estou fazendo aqui uma apologia à pobreza... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...não acho que a gente tem que morar em cabanas e nem faço apologia a viver uma vida de bicho-grilo ou riponga. Mas acho fundamental a reconstrução de valores que estão sendo perdidos. E a nossa sociedade hoje – a gente falava sobre isso ali na Mesa – cada diz mais perde. Tenho convicção que a pessoa mais rica deste mundo, Pujol, é a pessoa que recebe com um sorriso um muito

---

obrigado, é a pessoa que recebe com um sorriso um olhar de agradecimento, é a pessoa que recebe com satisfação o fato que tu fizeste algo por ela, seja quem for – um filho, um amigo, um vizinho, um colega de trabalho, um desconhecido ou um animal. A recompensa disso é impagável em valor... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Obrigada, Ver. Maroni, pela compreensão.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, eu gostaria de dar sequência a sua fala. V. Exa. fez uma crítica muito fundamentada, contundente, na minha opinião correta, assino embaixo, de todas afirmações no seu Grande Expediente em relação à situação do Estado do Rio Grande do Sul. Quero incluir aqui dois elementos que estão nos jornais, que são elementos que ajudam a compreender o que acontece no Estado e, pelo menos, a discutir as versões.

O Coordenador do Programa de Pós-Graduação das Ciências Sociais da PUC, Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, afirma que a segurança pública chegou a um colapso total, e isso impacta a população. E ele avalia que a crise do setor começou antes do parcelamento, já havia tensão. O Governo já havia cortado as horas extras dos policiais militares, o que influencia nos rendimentos. Vocês imaginem pós-parcelamento. A ABAMF afirma que as horas extras serviam para fechar lacunas nas escalas onde já falta efetivo. Segundo o Presidente Lucas, a cada cinco PMs em plantão, quatro estavam em hora extra. Com o corte do combustível, eles só saem para atender a algumas chamadas. Uma viatura que rodava 100 Km, agora só faz 40 Km. A Susepe informou que cem apenados aguardam nas casas prisionais para instalar tornozeleiras eletrônicas; outros trinta e cinco esperam a colocação e já têm saída especial determinada pelo juiz. Ou seja, nós estamos com o serviço público fundamental, que é o da proteção à vida, em colapso total.

---

De outro lado, eu quero ler – e aí é em tempo de oposição, mas não é uma apologia ao ex-governo; é uma afirmação do Governador Tarso. (Lê): “O que o senhor faria se tivesse sido eleito?” “Eu continuaria fazendo a mesma coisa...” Porque parece que, antes, nós gastamos tudo, e não teríamos condições de governar, Ver.<sup>a</sup> Jussara. (Continua lendo): “...jogando com o caixa único, como disse que ia fazer antes de assumir, e fiz o tempo inteiro; já teria encaminhado, desde a data posterior às eleições, um projeto para arrecadar recursos em ações que têm liberações mais rápidas, projetos menos complexos que poderiam colocar dinheiro em caixa.” “Por exemplo?”, pergunta o entrevistador no jornal Zero Hora. “A complementação da reforma das estradas do Rio Grande do Sul é um dinheiro bastante fácil de ser trazido. Basta apresentar projeto. Tendo espaço fiscal, eles liberam”. E esse espaço fiscal, já conquistamos no primeiro acordo sobre a dívida do Estado. Diga-se, aqui se frise: esse dinheiro iria para o caixa, enquanto não é gasto nas estradas ele tem aquele espaço de giro do caixa. Estávamos preparando um conjunto de ações com o Governo Federal para obter compensações previdenciárias, correspondentes aos Estados e Municípios as contribuições do INSS pagas por trabalhadores da iniciativa privada que se aposentaram no serviço público; iríamos demandar dinheiro sobre o Governo Federal recursos que são devidos para a CEEE; iríamos apertar ainda mais a cobrança da dívida ativa do Estado; iríamos continuar a qualificação tecnológica da Fazenda, para apertar a fiscalização e iríamos continuar com a política de horizontalização dos benefícios fiscais para atrair empresas de fora do Estado, de fora do País. Iríamos continuar com esse processo de reestruturação da dívida pública. Isto que o Governador não falou dos depósitos judiciais, que é um absurdo que o Governo não lance mão e submeta os funcionários a este crime. Eu quero concluir dizendo que concordo com a Ver.<sup>a</sup> Jussara: é inaceitável que a Assembleia Legislativa vote, de portas fechadas, a vida dos gaúchos e gaúchas. É inaceitável que, nas galerias das assembleias, a representação dos funcionários não pudesse estar lá dentro ouvindo, incidindo, aplaudindo, opinando e informando os Deputados sobre as suas opiniões, sobre questões técnicas que a qualidade dos nossos funcionários, das quarenta e três entidades oferecem para as decisões dos entes públicos. E, Ver.<sup>a</sup> Jussara, eu não participei da decisão, mas as Bancadas do PT e do PSOL saíram indignados com essas condições, o PCdoB ficou, acho que cumprimos missões, ficou discutindo, ficou questionando. Talvez, aqui nós ficássemos, como levamos à madrugada vários debates.

---

Mas foi uma opção, levamos à madrugada com o povo aqui assistindo, discutindo, agora houve uma opção de retirada dos Deputados de oposição, pela imposição absoluta do autoritarismo que eu nunca esperava de uma Assembleia Legislativa, a Casa do Povo Estadual. Quero aqui repudiar a forma como os Deputados analisaram projetos que interferem na vida dos servidores, na vida dos gaúchos, sem a presença dos gaúchos, isso é inaceitável na democracia brasileira.

(Não revisado pela oradora.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Passamos à

## **PAUTA**

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sra. Presidente, Srs. Vereadores, eu sou Vice-Líder do Governo, mas tem determinados assuntos que eu não avanço falar em nome do Governo. Quanto aos assuntos que foram trazidos pela Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon à tribuna, eu tenho uma opinião pessoal completamente divergente da dela, mas eu não posso falar em nome do Governo. Como eu já falei em nome do Partido, não tenho que falar sobre esse assunto agora, o que não quer dizer que eu vá permanecer sempre calado, ouvindo as diatribes que ouvi.

Quanto aos projetos que estão aqui na pauta, os quais merecem a nossa atenção, um deles, de nossa autoria, eu faço questão de comentar. Queria deixar registrado que, neste dia, nesta hora, eu estive na tribuna comentando o PLCL nº 016, de 26 de maio de 2015, que inicia uma tramitação cinco meses depois de ter sido protocolado. Não estou criticando nada, estou asseverando que a Casa tem excesso de trabalho, e, por um rito da Casa, os projetos apresentados são conferidos, verificados se estão na Ordem, se têm condições de admissibilidade para só então serem apregoados, iniciando a sua regular tramitação. Então cinco meses depois de eu ter apresentado, estou comentando o assunto hoje, esperando que, no futuro, ninguém diga: “Olha, o Pujol traz processos complicados para a Casa e, depois, quer votar apressadamente”. Não! Eu já podia, se já tivesse a manifestação da Comissão de Constituição e Justiça, pedir o art. 81 amanhã –

---

pág. 38

---

está há cinco meses aqui na Casa! –, mas não é o caso. Eu quero que esse projeto seja bem discutido, porque é um projeto importante. Para quem acompanha a evolução do desenvolvimento urbano da Cidade e quem acompanha, Ver.<sup>a</sup> Sofia, o desenvolvimento de determinadas áreas da Cidade, é fácil de entender. Quem não acompanha, é muito difícil de entender. Eu estou propondo que a Estrada Gedeon Leite, estrada há 50 anos, e que hoje é uma rua urbana com dezenas de casas no seu entorno, num determinado trecho, a atividade permitida, que hoje é predominantemente residencial, passe a ser mista, porque não há como se conceber que numa área de Porto Alegre só tenha residência e não tenha nenhum tipo de atividade comercial capaz de garantir o acesso ao pão, à carne, ao arroz, ao feijão, ao gás, à gasolina, enfim, a todos esses produtos. Então a Estrada Gedeon Leite, que o Ver. Thiago conhece muito bem, entre a Av. Edgar Pires de Castro, não mais do que mil metros, nós propomos que, no lado ímpar, sejam permitidas atividades mistas, e, no lado esquerdo, se mantenha residencial. Por que essa decisão? Porque do lado esquerdo está muito próximo a uma área ambiental, o morro da Tapera. Então ali se justifica que as residências se alonguem a uns 120 metros, ao contrário do lado direito cujo alongamento se dará com o loteamento que já está em desenvolvimento e que começa na Edgar Pires de Castro e se estende até a Estrada Gedeon Leite. Ensejando inclusive uma rótula para organizar o tráfego que será, por obediência à liberação do processo, entregue à Cidade como contrapartida pela urbanizadora da área. Então não se está mexendo nem na volumetria, nem no adensamento, apenas na atividade. Digo na exposição que nós apenas e tão somente estamos procurando adaptar a uma realidade que os tempos se encarregaram de apresentar. A Estrada Gedeon Leite, acho até que vou propor um projeto de lei para que vire rua, porque não é mais estrada, é uma área de trânsito intenso, ou que tanto precisa de uma rótula para ser organizada. E a pretensão do projeto de lei que vai ser agora discutido pelas Comissões e que tem uma bela exposição de motivos, concentrador, mas muito explicativo, nessa caminhada, eu quero que ele seja discutido na Casa. E aí se pretende que, ainda neste ano, se decida essa matéria, porque é relevante, que a gente regularize algumas situações que começam a se desdobrar naquela área.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Obrigada, Ver. Pujol.

---

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver.<sup>a</sup> Jussara, existem dois projetos em Pauta que eu quero só citar. O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está dando o nome de Adão Pretto a uma rua, na Lomba do Pinheiro, fazendo uma homenagem ao Deputado, que nós admiramos demais, que faleceu, que manteve a sua genuinidade, a sua combatividade, pelos pequenos e pelos trabalhadores.

E de outro, nós estamos com um projeto iniciando a tramitar, de utilidade pública da Associação Gaúcha Amigos do Circo, que na verdade, é o Circo Girassol, na sua face mais conhecida. É um trabalho de circo maravilhoso, Dilmar Messias, e um grupo muito bonito, que mantém, na Bom Jesus, um espaço físico, com muitas dificuldades, uma oficina para crianças, jovens e adolescentes, e que a utilidade pública vai ajudá-los, por exemplo, a receber algum apoio público, no seu trabalho.

Mas eu quero mesmo, Jussara, e é boa coincidência de tu estares presidindo este momento, a partir do PLL nº 120/15, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Ariane Leitão, que institui a divulgação dos números dos telefones gratuitos para denúncias referentes à violência contra a mulher nas áreas interna e externa dos veículos automotores do serviço de transporte público de passageiros do Município de Porto Alegre. Porque nós precisamos muito continuar ampliando as nossas formas de proteger e de defender as mulheres contra a violência. Pasmem, num levantamento que o Diário Gaúcho fez, nós temos, infelizmente, a seguinte manchete: “Dobra o número de assassinatos de mulheres em crimes passionais na Região Metropolitana”. Em 2015, lamentavelmente, nós já chegamos a 24 assassinatos de mulheres por motivos passionais, ou seja, feminicídios. Quando, no ano de 2014, nesse mesmo período de ano, nós tínhamos apenas doze. O dobro de assassinatos de mulheres por maridos, por ex-maridos, por namorados, atuais ou não; é inaceitável! As práticas são bárbaras, são barbáries: é fogo, faca, corte, decepção de membros. São crimes passionais inaceitáveis que nos mostram estarmos muito longe de construir uma sociedade que respeite a condição de gênero das mulheres, a sua condição de igual, o seu direito à integridade física, o seu direito à integridade afetiva e moral.

Então, essa iniciativa é da Suplente, Ver.<sup>a</sup> Ariane, que assumiu há alguns dias, é uma iniciativa que nós queremos fortalecer. Nós estamos procurando – e a Ver.<sup>a</sup> Jussara está



---

ajudando junto à Mesa Diretora – que a Procuradoria tenha mais condições de trabalho. Aprovamos aqui, e espero que tenhamos logo na mão, o livro da legislação da mulher em Porto Alegre. Já estamos organizando uma caravana, nós vamos atrás de cada uma das legislações, vamos verificar se cada uma delas está acontecendo na Cidade de Porto Alegre. Vamos fazer a nossa parte, enquanto parlamentares, homens e mulheres, porque a questão é muito grave. Com relação às mulheres assassinadas na Região Metropolitana, em 2015 temos 86 contra 55 no ano passado. Mas, desses crimes passionais, ou seja, crimes apenas por ser mulher, 24 – o dobro do ano passado! Isso é inaceitável, isso precisa de medidas claras. Eu falo aqui, porque eu acho que esse espaço que nós construímos com a Procuradoria da Mulher não é para exaltar uma mulher ou outra, mas para enfrentarmos algo que é um absurdo, e que são necessárias todas as forças para que possamos superar.

(Não revisado pela oradora.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. DR. THIAGO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nobres servidores da Casa, eu quero dizer que este momento, para nós, é muito especial como Vereador, até para que possamos esclarecer bem as nossas ideias nesta tribuna.

Eu tenho um projeto que é um dos que está em discussão de Pauta, que declara de utilidade pública o Serviço Social Mary Taranger, um serviço muito importante para a Cidade, principalmente para a Região Norte e Nordeste, e que, efetivamente, Ver. Janta, afasta as crianças da drogadição, retira, no turno inverso à escola, as crianças da rua e dá a elas um outro caminho, uma outra atividade profissionalizante; portanto, é um serviço meritório. Ainda mais este mês, é importante que a gente discuta isso, porque é o Mês Amarelo. Existe o Maio Rosa, o Outubro Azul, e setembro foi nominado como o Mês Amarelo, o mês de prevenção ao suicídio. Há um outro serviço muito importante, para o qual também já encaminhamos projeto de utilidade pública, que é o CVV – Centro de Valorização à Vida, que faz um trabalho telefônico excepcional, tentando prevenir essas pessoas que, infelizmente, entram em depressão profunda. Muitas vezes, até por uma questão cultural, esses casos não são divulgados. Temos, de mortes violentas, um

---

---

grande percentual em Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, que são pessoas vítimas de suicídio. Nem sempre são suicídios com forca, nem sempre são com projeteis de arma de fogo; muitas vezes, são suicídios em acidentes automobilísticos. Às vezes, nem se descobre que eram suicídios. A pessoa se expõe, tal é o seu grau de depressão, de ansiedade, ao risco de morte, utilizando o veículo automotor, e, às vezes, acaba levando outras pessoas com ela. Então, eu julgo muito importante podermos estar trazendo aqui o Serviço Social Mary Taranger como um serviço modelo, exemplo para a prevenção e combate à drogadição. Temos também um projeto que tramita na Casa, que já passou pela discussão de pauta, que dialoga profundamente com este projeto, é um projeto de acompanhamento aos pacientes que são internados compulsoriamente pela Justiça em função da drogadição. Qual é a intenção deste projeto? É fazer uma equipe multidisciplinar.

É importante dizer aqui e responder a alguns questionamentos que têm sido feitos no Facebook, uso a tribuna para responder isso. As internações por droga são de três tipos: a voluntária, quando o indivíduo, de forma livre e independente, vai lá e diz: doutor, eu quero me internar; a involuntária, quando ele oferece risco a si ou a outrem e é internado por determinação da equipe de saúde – pelo médico ou por outro membro da equipe de saúde; e a internação compulsória, que são os casos mais graves, aqueles casos que não são internados pela equipe e nem voluntariamente, são determinados pela autoridade judicial, são aqueles casos em que não se tem outra alternativa, como o das mães que acorrentam os seus filhos em casa para não morrerem em função da droga.

Então, o que nós queremos com este projeto é que o Município de Porto Alegre, o Estado do Rio Grande do Sul, enfim, o Estado como um ente público possa acompanhar esses pacientes depois que eles têm alta, para evitar a porta giratória, que é quando paciente o paciente acaba entrando, ficando internado por 21 dias e depois acaba saindo, e a família, o Judiciário, o Ministério Público, enfim, as forças policiais, as forças de saúde têm que correr atrás dele para tentar ajudá-lo depois. Então, essa é a intenção. Em alguns momentos se tentou modificar o foco do projeto, que visa a criar uma equipe multidisciplinar que possa dar subsídios e acompanhar esses casos mais graves de drogadição, que nós, efetivamente, precisamos acompanhar se nós tivermos algum anseio, alguma expectativa em dar possibilidade de vida para essas pessoas que estão pedindo, que não têm outra alternativa. Nós precisamos conhecer esses casos e

---

acompanhar, através dessa equipe multidisciplinar com psicólogo, assistente social, enfermeira, médico, agente de saúde, nós precisamos acompanhar esse casos que são os mais graves. Só dessa forma, só conhecendo o problema e acompanhando os casos é que nós vamos poder dar oportunidade para essas pessoas se tratarem. Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Jussara.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, amanhã o projeto do Cais Mauá será debatido em uma audiência pública que irá ocorrer no Grêmio Náutico União. Nesse sentido me trazem a informação, hoje, de que há rumores de que um grupo pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra o projeto. Obviamente nós não conhecemos as razões dessa pretensão e se efetivamente vai se realizar, nem podemos cogitar como o Supremo receberá uma proposição dessa ordem, na medida em que todos nós, aqui desta Casa, sabemos e acompanhamos as marchas e contramarchas que este projeto teve ao longo do tempo. Aqui os meus colaboradores me trazem uma relação sobre o andamento do projeto que, se eu começasse, Vereadora-Presidente a lê-la, eu esgotaria todo o tempo dessa manifestação, tamanhos são os incidentes que ocorreram ao longo do tempo com audiências, com debates, EIA-RIMA, com providências de toda ordem. Claro que um projeto desses, que revoluciona uma área, revitaliza uma área importantíssima da cidade dentro do seu centro histórico, crie polêmicas as mais diversas. Eu quero, desde já, em nome do Governo, dizer que o Governo do Município, que é copartícipe nesse projeto, junto com o Governo do Estado, cumpriu rigorosamente todas as tarefas que legalmente lhe são exigidas e, inclusive, aposta positivamente no projeto, acredita no projeto. De outro lado, o Estado, por igual razão, deve ter procedimentos semelhantes. Então o que nós estamos afirmando no dia de hoje é que nós esperamos que a audiência pública que será desenvolvida amanhã, às 19h, no Grêmio Náutico União seja proveitosa, e que as dúvidas que eventualmente persistem possam ser esclarecidas pela equipe técnica que estará à disposição dos interessados para um debate, que eu almejo seja profícuo e

---

---

desencadeador das novas etapas que, a partir da audiência pública, serão procedidas, entre as quais, a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental, que rigorosamente se exige para um projeto dessa natureza.

Então, Sra. Presidente, em nome do governo, eu quero fazer essa manifestação, dizendo que o governo reafirma o seu compromisso com o projeto, com a expectativa de que ele possa objetivamente deslanchar de imediato, e, ao mesmo tempo, alvorar que a assembleia que será desenvolvida amanhã possa objetivamente alcançar e ter um desenlace favorável ao desenvolvimento do projeto, como uma consequência natural numa política de esclarecimento que as assembleias podem propiciar em circunstâncias semelhantes a essa. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós viemos falar aqui em discussão de Pauta sobre o PLL nº 120/15, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Ariane Leitão, que institui a divulgação dos números dos telefones gratuitos para denúncias referentes à violência contra a mulher nas áreas interna e externa dos veículos automotores do serviço de transporte público de passageiros do Município de Porto Alegre. Como nós temos um projeto semelhante, aproveitamos para apresentar uma emenda a este projeto da Ariane, para que também se coloquem câmeras no transporte público, no sentido de coibir uma violência que vem acontecendo nesses ônibus em relação às mulheres, qual seja, a famosa “coxadinha”, ocasião em que maus elementos, marginais, tarados, pode-se dizer assim, aproveitam-se do meio de transporte quando ele está cheio, em horário de pico, para abusar das mulheres, as trabalhadoras, estudantes – há várias reportagens já feitas a respeito disso. Então, a gente tem a convicção de que as câmeras de segurança dentro desse transporte vão ajudar no sentido de que essa prática usada por essas pessoas seja diminuída e até excluída da cidade de Porto Alegre. Queríamos dizer que este projeto é de extrema relevância, importância para a cidade de Porto Alegre, principalmente para as mulheres, dando dignidade, trazendo às mulheres de Porto Alegre o direito de fato, para elas saberem dos seus direitos e onde procurar esses

---

direitos. Que essas pessoas saibam que os ônibus, que o transporte de Porto Alegre estará vigilante, estará o tempo inteiro olhando e protegendo as mulheres desses maus elementos. Seria isso, Sra. Presidente Jussara, que dirige hoje esta Sessão, que teríamos em Pauta.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Obrigado, Ver. Cláudio Janta. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa de apoio a esta emenda ao projeto da Ver.<sup>a</sup> Ariane, uma emenda estratégica, como V. Exa. diz. Eu falo em nome da Mesa, inclusive, para que possamos ter a dignidade das mulheres garantida. Convoco os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras para a próxima segunda-feira, numa Sessão de votação de importantes projetos para esta Casa. Obrigada a todos. Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h58min.)